



Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA

CNPJ nº 07.032.886/0001-02
Relatório de Administração

Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Individuais da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA referentes a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, acompanhadas das Notas Explicativas. As Demonstrações Financeiras Consolidadas em sua íntegra, juntamente com o Parecer da KPMG Auditores Independentes, encontram-se à disposição na sede da Companhia.

I) A Empresa: O contrato de concessão, firmado entre a Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA e a Prefeitura da Cidade de São Paulo, em 2014, seu décimo ano de existência. Trata-se de instrumento norteador da Limpeza Pública na cidade no que concerne aos serviços concessão. Em dezembro de 2012, após intensa negociação, foi assinado o novo Termo de Compromisso Ambiental entre a Prefeitura da Cidade de São Paulo e a Loga, que promoveu parcialmente o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Adicionalmente, foi considerada a revisão da tarifa derivada da antecipação necessária dos marcos contratuais para atendimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Desta forma, em 2013, foram implantadas diversas melhorias nos serviços de coleta em comunidades carentes, resíduos de saúde, entre outros serviços. No 2º semestre de 2013, também visando o atendimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, foi iniciado o projeto da Mega Central de Triagem a ser implantada no início de 2014. Este empreendimento proporcionará o processamento de 250 toneladas por dia de materiais recicláveis.

Será a primeira etapa de um projeto que visa reciclar 10% de todo resíduo de São Paulo até 2016. Outra conquista importante foi a expansão do projeto da coleta mecanizada, com a implantação de contêineres de superfície nos bairros do Butantã e Jardim Europa. Este processo proporcionará a coleta de resíduos das ruas de forma mais higiênica, segura e rápida, em conformidade com a utilização de caminhões especialmente fabricados para coleta e higienização dos equipamentos. O sistema oferece, entre outros benefícios, ganho de produtividade e menor contato humano com o resíduo. A produtividade da companhia continua em ritmo crescente graças à dedicação do pessoal, utilização de equipamentos, mais modernos e atuais, e inovações em controle operacional, gestão e treinamento. Todas as iniciativas foram possíveis pelo incansável trabalho dos mais de 1.900 colaboradores da Sociedade.

II) Desafios: Dentre os maiores desafios que a empresa enfrenta, merece destaque a falta de conscientização dos municípios que leva ao crescimento desordenado dos resíduos, além do descarte fora dos horários estabelecidos. Adicionalmente, Grandes Geradores, que por Lei estão obrigados a contratar empresas especializadas, descartam seus resíduos junto aos resíduos domiciliares, fato que, além de ferir a legislação, causa problemas de vícios e desarranjos na logística do trabalho. Para diminuir estes problemas a Loga conta com o apoio da AmLurb na fiscalização destes Grandes Geradores e investe em programas de conscientização.

ção da população. Em 2013, entre diversas ações, merece destaque o programa Ecoeducação implantado pela Loga, em que mais de 13.000 estudantes foram atendidos com o objetivo de difundir os temas de consumo consciente e descartar correto, além de multiplicar esses conceitos no meio estudantil, familiar e social.

III) Os Números: Os números, a seguir, demonstram a grandiosidade de nossa operação: coletamos, transportamos e destinamos 1.733.950 toneladas de resíduos, com média de crescimento de 11% desde 2005. Atendemos uma população de 4,5 milhões de pessoas, além de uma população flutuante estimada em mais de 2 milhões de pessoas que trabalham, estudam, fazem negócios na região noroeste da cidade. Atendemos 882 bairros em 51 Distritos e, em 2012, nossos equipamentos percorreram mais de 9 milhões de quilômetros com um consumo de combustível acima dos 5,7 milhões de litros. Cerca de 870 novos pontos de coleta de Resíduos dos Serviços de Saúde foram implantados em 2013, elevando em mais de 230% a quantidade de pontos existentes em 2004.

Agradecimentos: A Administração da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA agradece a seus acionistas, clientes, parceiros comerciais, fornecedores e instituições financeiras pela confiança depositada. De forma especial expressa seu reconhecimento e agradecimento aos seus colaboradores pelo comprometimento e contribuição na busca constante da qualidade de nossos serviços.

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Valores expressos em milhares de reais)					
ATIVO	Nota explicativa	2013		2012	
		2013	2012	2013	2012
Circulante		81.396	138.083		
Caixa e equivalentes de caixa.....	10	21.402	87.792		
Contas a receber de clientes e outros recebíveis.....	11	50.968	41.022		
Estoque.....		2.333	2.676		
Impostos a recuperar.....		3.451	3.010		
Adiantamento a fornecedores.....		3.242	3.583		
Não Circulante		108.209	92.857		
Contas a receber de clientes e outros créditos.....	11	29.185	31.838		
Ativo fiscal diferido.....	12	7.109	5.724		
Depósitos judiciais.....		10.379	10.035		
Imobilizado.....	13	60.832	44.460		
Intangível.....		704	801		
Total do Ativo		189.605	230.940		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para o Período Fim em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Valores expressos em milhares de reais)					
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	Capital social		Reserva Legal	Reserva de lucros (prejuízos) acumulados	Lucros
	Subscrito	A integralizar			
Saldos em 31 de Dezembro de 2011.....	60.650	(40.727)	7.018	15.311	42.252
Lucro líquido do período.....	-	-	-	-	44.465
Destinação dos lucros:					
Estorno de reserva legal - limite alcançado.....	-	-	(3.033)	3.033	-
Reserva de lucros.....	-	-	-	44.465	(44.465)
Dividendos distribuídos.....	-	-	-	(15.311)	(15.311)
Dividendos propostos.....	-	-	-	(47.498)	(47.498)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	60.650	(40.727)	3.985	-	23.908
Lucro líquido do período.....	-	-	-	-	29.101
Destinação dos lucros:					
Reserva de lucros.....	-	-	-	(3.338)	3.338
Dividendos distribuídos.....	-	-	-	(28.222)	(28.222)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	60.650	(40.727)	3.985	(31.560)	32.439

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Valores Adicionados para os Exercícios Fim em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Valores expressos em milhares de reais)					
Receitas (1)	Nota explicativa	2013		2012	
		2013	2012	2013	2012
Receitas (1).....		398.828	409.059		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços.....		398.565	409.228		
Outras receitas.....		279	(168)		
Perda efetiva de contas a receber.....	(16)	-	-		
Insumos adquiridos de terceiros (2)		179.376	162.279		
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS, COFINS)					
Custos dos serviços prestados.....		157.447	137.636		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros.....		17.837	17.948		
Comerciais, administrativas e contingências.....		4.092	6.695		
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)		219.452	246.780		
Depreciações e amortizações (4)		13	13.236		
Valor Adicionado Líquido		206.214	233.166		
Produzido pela Companhia (3) - (4) = (5).....		2.093	2.834		
Valor adicionado recebido em transferência (6)		2.093	2.834		
Receitas financeiras.....		2.093	2.834		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto Operacional: A Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga ("Companhia"), situada à Praça Alberto Lion, 366, Município de São Paulo - SP, é concessionária pública dos serviços divisíveis de limpeza urbana do setor denominado noroeste na cidade de São Paulo, em conformidade com o contrato nº 027/SO/2004, firmado em 6 de outubro de 2004, com duração de 20 anos prorrogáveis por até 20 anos, o qual foi iniciado em 13 de outubro de 2004. A Loga é uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como acionistas a Vega Valorização de Resíduos S.A. - ("VVRV"), detentora de 62,347% das ações e a P.N.A.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. ("PNAPSE"), com participação de 37,653%.

Contrato de Concessão: Pela exploração do objeto da concessão, o Poder Concedente efetua pagamentos mensais fixos, tendo sido utilizados, para efeito de cálculo, os valores constantes da proposta vencedora da licitação. **Reequilíbrio Quinquenal:** O reequilíbrio é um mecanismo contratual aplicável a cada cinco anos, para adequar as receitas à realidade dos custos e obrigações de investimento da concessionária. Em dezembro de 2012, foi concluído o primeiro reequilíbrio tarifário quinquenal referente ao período de 2004 a 2009. Entretanto, vale ressaltar que o contrato foi apenas parcialmente reequilibrado, pois conforme descrito no próprio Termo de Compromisso Ambiental assinado, o Poder Concedente reconhece alguns eventos ocorridos entre os anos de 2010 a 2012 como fatores de desequilíbrio da relação contratual. Além disso, ficou pendente de avaliação o item de atualização do fator de redução de custos operacionais incidido em todos os anos da Concessão, de forma provisória, com base nos custos ocorridos no 1º ano do contrato, não refletindo, portanto, a realidade dos anos posteriores. Estes pontos serão tratados no próximo reequilíbrio ordinário em outubro de 2014.

2. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3. Moeda Funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Base de mensuração: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

5. Principais Políticas Contábeis: A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Receita Operacional:** A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros flu-

Demonstrações dos Resultados para o Período Fim em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Valores expressos em milhares de reais)					
Operações em Continuidade	Nota explicativa	2013		2012	
		2013	2012	2013	2012
Receita Bruta de Serviços Prestados		21	398.565	409.228	
Impostos incidentes sobre serviços prestados.....	21	(57.171)	(59.448)		
Receita Operacional Líquida		341.394	349.780		
Custo dos serviços prestados.....		(276.087)	(254.961)		
Lucro Bruto		65.307	94.819		
Despesas comerciais.....	22	(513)	(5.375)		
Despesas gerais e administrativas.....	23	(11.809)	(12.501)		
Outras receitas e despesas operacionais.....	24	(3.558)	(1.693)		
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		49.427	75.251		
Receitas financeiras.....	25	2.093	2.834		
Despesas financeiras.....	25	(7.407)	(7.437)		
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas		(5.314)	(4.602)		
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro		44.113	70.649		
Corrente.....	12	(15.137)	(22.928)		
Diferida.....	12	126	(3.256)		
Lucro do Exercício		29.101	44.465		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes para o Período Fim em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Valores expressos em milhares de reais)					
Resultado do exercício	Nota explicativa	2013		2012	
		2013	2012	2013	2012
Resultado do exercício.....		29.101	44.465		
Resultados abrangentes.....		-	-		
Resultado abrangente total		29.101	44.465		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para o Período Fim em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Valores expressos em milhares de reais)					
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota explicativa	2013		2012	
		2013	2012	2013	2012

Lucro líquido do exercício.....		29.101	44.465		
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) operações depreciação e amortização.....		-	-		
do imobilizado/intangível.....	13	13.237	13.613		
Provisão para obrigações contratuais futuras.....	18	237	(10.964)		
Encargos financeiros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos.....		5.806	4.894		
Provisão para contingências.....	18	4.167	1.448		
Imposto de renda e contribuição social.....	12	15.225	26.183		
Contas a receber de clientes.....	11	(9.201)	(9.136)		
Ativo financeiro.....	11	2.656	6.552		
Impostos a recuperar.....		(441)	(482)		
Partes relacionadas.....	11	(24.332)	(43)		
Estoques.....		343	984		
Outros créditos.....		(684)	(58)		
Depósitos judiciais.....		(1.005)	(222)		
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores.....	14	999	(3.333)		
Salários, provisões trabalhistas e encargos sociais.....	16	1.319	(645)		
Impostos, taxas e contribuições.....	17	(3.234)	8.888		
Imposto de renda e contribuição social.....		(32.641)	(4.611)		
Juros pagos.....		(4.977)	(4.325)		
Partes relacionadas.....	14	2.707	(630)		
Pagamento de contingências.....	18	(2.809)	(434)		
Outras provisões e obrigações contratuais.....	14	(26)	465		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais.....		(3.154)	73.571		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de imobilizado.....	13	(29.491)	(13.826)
Adições ao intangível.....	13	(130)	(175)
Baixa de imobilizado/intangível.....	13	24.374	1.189
Caixa líquido das atividades de investimento.....		(5.247)	(12.416)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Captação de financiamentos - terceiros.....		57.795	35.208
Pagamento de financiamentos.....		(43.815)	(25.076)
Pagamento de dividendos.....	20	(71.973)	(20.415)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento.....		(57.993)	(10.283)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aumento (Redução) Líquido(a) do Saldo de Disponibilidades			
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício.....		87.792	36.921
Caixas e equivalentes de caixa no fim do exercício.....		21.402	87.792
Aumento (Redução) Líquido(a) do Saldo de Disponibilidades		(66.393)	50.872

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

vel: Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição reduzido da amortização acumulada e eventual provisão de perda pelo valor recuperável (impairment). Os direitos de uso de software são demonstrados ao valor de custo histórico de aquisição, sendo amortizados linearmente pela taxa de 20% ao ano. **f. Contratos de concessão:** Em 2010, o CPC emitiu o ICPC 1, aplicável para os exercícios finais a partir de 1º de janeiro de 2010. Esta interpretação apresenta características comuns aos contratos de concessão: • contratos de concessão envolvem a prestação de serviços públicos e a administração de infraestrutura relacionada ao serviço, que é financiado; A infraestrutura usada pela Companhia sujeita ao contrato de concessão é controlada pelo Poder concedente, conforme previsto no IFRIC 12, quando: • o concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o preço; • o concedente controla - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais (Valores expressos em milhares de reais)

significativa na infraestrutura no final da vigência do contrato de concessão. Conforme a norma, o concessionário possui o direito de receber remuneração sobre a construção da infraestrutura do contrato de concessão, sendo: • um ativo financeiro quando tem o direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. • um ativo intangível quando recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público. Quando o Poder concedente tiver uma obrigação de pagamento para só parte do investimento, é reconhecido o valor de ativo financeiro pela quantidade garantida pelo concedente e o excesso que não é garantido pelo concedente é reconhecido como ativo intangível ("modelo bifurcado"). Conforme definido pelo ICP 1, a infra-estrutura que o concessionário recebe acesso pelo Poder concedente, sem qualquer contraprestação não são reconhecidos como ativo imobilizado do concessionário. **g. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(f) Imposto corrente:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **(ii) Imposto diferido:** sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável; Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. **h. Reconhecimento das receitas:** As receitas referentes ao contrato de concessão com a Prefeitura do Município de São Paulo são reconhecidas com base no valor mensal fixo estabelecido pelo contrato. O resultado é menor que os afetados a dividendos para acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima da distribuição mínima obrigatória somente é provisionado na data que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral, conforme nota explicativa nº 17.

6. Instrumentos Financeiros: a. Gerenciamento dos riscos financeiros: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de contrato de concessão e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. **b. Risco de mercado e risco de câmbio:** As operações efetuadas pela Companhia são realizadas no mercado interno e não são afetadas pela variação cambial. **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de empréstimos de financiamentos. As captações são efetivadas com taxas de juros prefixadas e dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço. **Risco de preços:** Os valores das tarifas dos serviços prestados são reajustados de acordo com índices definidos no Contrato de Concessão, considerando a variação na estrutura de custos e de mercado da Companhia, nas características dos sistemas e serviços concedidos e em eventuais estímulos à eficiência e à modernidade das tarifas. As tarifas de acordo com o contrato de concessão devem garantir o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. **c. Risco de realização de crédito:** Risco de realização de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. **d. Risco de liquidez:** A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamento doméstico. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

7. Caixa e Equivalentes de Caixa: São compostos como segue:

	2013	2012
Caixa	20	31
Bancos	13	71.266
Aplicações Financeiras	21.369	16.495
	<u>21.402</u>	<u>87.792</u>

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a certificados de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI, não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de liquidez e de crédito.

8. Contas a Receber de Clientes e Outros Recebíveis: As contas a receber de clientes e outros créditos são compostas como segue:

	Nota	2013	2012
Prefeitura Municipal de São Paulo:			
Valores faturados		19.553	11.328
Medição dos serviços prestados		36.510	35.506
Ativo financeiro (recebível da concessão)		22.886	25.542
Clientes Privados:			
Valores faturados - venda de sucata		24	52
Partes Relacionadas		19	62
Outras contas a receber		1.018	317
Total		<u>80.153</u>	<u>72.860</u>
Circulante		50.988	41.022
Não Circulante		29.165	31.838
		<u>80.153</u>	<u>72.860</u>

A exposição ao risco de crédito da Companhia está limitado ao valor das contas a receber mencionadas acima. O aging list das contas a receber é composta como segue:

	2013	2012
Valores a vencer	14.107	21.348
Vencidos:		
Até 30 dias	49.873	37.082
Entre 31 e 60 dias	8	361
Entre 61 e 90 dias	2	349
Entre 91 e 180 dias	89	1.077
Entre 181 e 360 dias (a)	6.934	2.153
Acima de 360 dias (a)	9.140	10.490
	<u>80.153</u>	<u>72.860</u>

(a) O saldo entre 181 e 360 e acima de 360 dias refere-se a serviços extra-contratuais realizados à Prefeitura de São Paulo, em sua grande maioria em 2007 e períodos posteriores. O ativo financeiro no montante de R\$22.886 (R\$25.542 em 2012) refere-se à infraestrutura que vem sendo construída ou adquirida pela Companhia e que será revertido ao Poder concedente, ao término do contrato de concessão. Conforme contrato, a Companhia vem sendo remunerada por esses investimentos conforme vida útil do respectivo ativo.

9. Ativos e Passivos Fiscais: Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possuía registrados passivos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos relacionados com diferenças temporárias representadas por provisões não dedutíveis e lucros não realizados oriundos de valores a receber da municipalidade, conforme permitido pela Legislação do Imposto de Renda. A composição desses diferidos é como segue:

	2013	2012
Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos	(10.061)	(10.506)
Provisão para contingências	9.497	6.674
Provisão para custos a incorrer	-	1.227
Provisão para participação nos resultados	1.814	2.153
Efeito RTT	2.927	4.259
Base total final	4.177	3.807
IRCS diferido sobre diferenças temporárias - 34%	1.420	1.294
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	7.109	5.724
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(5.689)	(4.430)
Reconciliação da taxa efetiva: A reconciliação da provisão para Imposto de Renda e contribuição social, tendo como base as alíquotas vigentes e o débito efetivo reconhecido no resultado, é como segue:		
Lucros antes do Imposto de Renda e da contribuição social	44.113	70.649
Efeito RTT	(1.332)	8.416
	42.781	79.065
Alíquotas - %	34%	34%
	(14.546)	(26.882)
Efeito do Imposto de Renda e da contribuição social sobre: Brindes e Multas Indutíveis	(15)	(157)
Provisão para gratificação, bônus e doações	(246)	(1.788)
Ajustes RTT	(452)	2.307
Outras diferenças permanentes	248	337
Despesa de Imposto de Renda e contribuição social efetivos	(15.011)	(26.183)
Despesa de Imposto de Renda e contribuição social correntes	(15.137)	(22.928)
Despesa de Imposto de Renda e contribuição social diferidos	126	(3.255)
	(15.011)	(26.183)

O Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, que traz diversas alterações na legislação tributária federal, nos tributos Imposto de Renda, Contribuição Social, Pis e Cofins. A MP 627/13 tem por objetivo principal harmonizar as regras que regem os tributos federais com os novos critérios e procedimentos contábeis implantados pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 (IFRS). Com isso, o Regime Tributário de Transição (RTT) será extinto. O novo regime tributário poderá ser adotado pelo contribuinte voluntariamente a partir de 01 de janeiro de 2014 ou mandatoriamente a partir de 01 de janeiro de 2015. Em se tratando de pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, a Administração da Loga já concluiu que não pagou dividendos ou juros sobre o capital próprio acima do limite fiscal tratado na MP 627.

10. Imobilizado: O saldo é composto como segue:

	2013	2012		
	Tx. Anual %	Custo Depreciação Líquido	Líquido	
Terenos		24.266	24.266	
Máquinas e equipamentos	10	6.416	(1.405)	5.011
Veículos	20	67.111	(44.367)	22.744
Móveis, utensílios e outros	10	961	(501)	460
Equipamentos de informática	20	1.858	(854)	1.004
Beneficiários em bens de terceiros		6.123		6.123
Imobilizado em andamento		1.224	(1.224)	336
		<u>102.959</u>	<u>(47.127)</u>	<u>60.332</u>
				<u>44.460</u>

Imobilizados em andamento: Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2013, o principal imobilizado em andamento refere-se ao novo Transbordador Anhanguera, que está sendo registrado no ativo financeiro (recebível da concessão), conforme nota explicativa nº 8 considerando que a Companhia possui um direito de receber caixa do Poder Concedente pelos investimentos realizados na infraestrutura. As mutações do imobilizado estão demonstradas conforme segue:

	2012	Aquisição	Baixa	Transf.	2013
Custo:					
Terenos		24.266	-	-	24.266
Máquinas e equipamentos		4.954	1.516	(54)	6.416
Veículos		66.957	1.132	(978)	67.111
Móveis, utensílios e outros		833	133	(5)	961
Equipamentos de informática		1.172	133	(47)	1.858
Beneficiários em bens de terceiros		5.300	823	-	6.123
Imobilizado em andamento		336	888	-	1.224
		<u>79.552</u>	<u>29.491</u>	<u>(1.084)</u>	<u>102.959</u>
Máquinas e equipamentos		(1.039)	(395)	30	(1.404)
Veículos		(32.881)	(12.384)	898	(44.367)
Móveis, utensílios e outros		(419)	(83)	1	(501)
Equipamentos de informática		(752)	(150)	47	(855)
Beneficiários em bens de terceiros		-	-	-	-
		<u>(35.092)</u>	<u>(13.012)</u>	<u>976</u>	<u>(47.127)</u>
Imobilizado, líquido		<u>44.460</u>	<u>16.479</u>	<u>(108)</u>	<u>60.332</u>

11. Fornecedores e Outras Contas a Pagar

	2013	2012
Fornecedores	24.771	24.113
Partes relacionadas	14.677	11.970
	<u>39.448</u>	<u>36.083</u>

12. Empréstimos e Financiamentos: As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Modalidade	Juros	Vencimento	2013	2012
FINAME	3,10% a.a. a 7,50% a.a. + TJLP e Pré-fixada	De jan/2014 a nov/2018	16.962	28.642
Capital de Giro	CDI + 2,30% a.a. a 2,60% a.a.	De mar/2014 a jul/2018	46.013	17.366
Conta Garantida	CDI + 2,80% a.a.	Fev/2014	37	14
BNDES	1,40% a.a. a 2,40% a.a. + TJLP	Dez/2021	17.447	19.627
			<u>80.459</u>	<u>65.649</u>
Circulante			37.278	33.138
Não circulante			43.181	32.511
			<u>80.459</u>	<u>65.649</u>

Os montantes em longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2013	2012
2014	-	10.455
2015	13.635	7.376
2016	9.892	3.807
2017	7.725	2.174
2018	5.403	2.173
2019 (em diamte)	6.526	6.526
	<u>43.181</u>	<u>32.511</u>

13. Salários, Benefícios e Encargos: São compostos como segue:

	2013	2012
Salários	2.905	2.360
Encargos trabalhistas	1.362	618
Férias	7.309	6.540
Participação nos resultados	1.662	2.000
	<u>13.237</u>	<u>11.518</u>

14. Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher: São compostos como segue:

	2013	2012
ISS sobre serviço	2.358	2.241
PIS sobre serviço	2.031	2.659
COFINS sobre serviço	9.355	12.247
Pis/COFINS/CSLL retidos	12	24
IR Ftos	265	202
Outros	467	349
	<u>14.488</u>	<u>17.722</u>

15. Provisões: São compostos como segue:

	2013	2012
Contingências	3.044	2.346
Programa de conciliação	1.458	1.227
	<u>4.508</u>	<u>3.573</u>

a. Contingências: A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e emquadramento aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. **b. Provisão de conciliação da população:** Abaixo demonstramos a movimentação da provisão no ano de 2013. Tal provisão refere-se à obrigação contratual de destinar 0,5% do faturamento. A provisão destinada a ações de conciliação da população.

	Saldo de	Saldo de	Recetas
	contas a receber	contas a pagar	(despesas)
	2013	2012	2013
Empresa			
Prestação Serviços			
Administrativos e outros:			
Solvi Participações	-	185	202
Instituto Solvi	24	-	14
Manaus Ambiental	-	3	-
Essencis	-	-	-
Soluções Ambientais	-	12.458	11.476
Koleta Ambiental	-	-	-
Vega Engenharia Ambiental	8	9	-
Battre	-	-	-
Revita Engenharia	1	-	58
SBC Valorização de Resíduos	48	-	-
GPO - Gestão de Projetos e Obras	89	-	-
UTR	-	1.964	-
	<u>162</u>	<u>16.147</u>	<u>11.692</u>
			<u>(62.020)</u>
			<u>(61.786)</u>

Reembolsos Administrativos e outros:

	2013	2012
Solvi Participações	2	160
Essencis	-	-
Soluções Ambientais	6	-
Koleta Ambiental	49	-
Vega Engenharia Ambiental	-	9
Inova Gestão de Resíduos Urbanos	22	109
	79	278
	<u>162</u>	<u>95</u>
		<u>14.677</u>
		<u>11.970</u>
		<u>(62.838)</u>
		<u>(63.177)</u>

Circulante: O saldo é composto como segue:

	2013	2012
Patrocinio, brindes e doações	(273)	(5.183)
Propaganda e publicidade	-	(15)
Outros	(240)	(177)
	<u>(513)</u>	<u>(5.375)</u>

17. Patrimônio Líquido: Capital Social: O capital subscrito em 31 de dezembro de 2013 e 2012 está representado por 60.650.000 ações ordinárias nominativas, com valor de R\$1,00 cada e valor total de R\$60.650. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, encontram-se integralizadas 19.923.133 ações, no valor total de R\$19.923. **Reserva de lucros: a. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **b. Reserva de retenção de lucros:** É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital. **c. Dividendos:** O estatuto da Companhia estabelece a distribuição de dividendo mínimo anual de 20% do capital social, ressalvadas as hipóteses previstas em lei. Abaixo é demonstrado o cálculo dos dividendos: Em Maio de 2013 foram pagos dividendos no valor de R\$62.809, sendo que R\$47.498 estava provisionado em dividendos a pagar, e R\$15.311 foram utilizados da Reserva de retenção de lucros. Com base no lucro líquido apurado em 2013, já deduzido da reserva legal, foi constituído dividendos estatutários mínimos obrigatórios no valor de R\$28.222 sendo que R\$24.475 foram pagos no exercício.

18. Receita Operacional Líquida

	2013	2012
Receita bruta de serviços:		
Clientes públicos	398.105	407.464
Clientes privados	18	123
Total receita bruta de serviços	398.123	407.587
Receita de construção	442	1.641
Total receita bruta	398.565	409.228
Impostos incidentes sobre as vendas:		
ISS	(20.060)	(20.853)
PIS	(6.620)	(6.884)
COFINS	(30.493)	(31.706)
ICMS	(57.171)	(59.448)
	<u>341.394</u>	<u>349.780</u>

19. Despesas Comerciais

	2013	2012
Patrocinio, brindes e doações	(273)	(5.183)
Propaganda e publicidade	-	(15)
Outros	(240)	(177)
	<u>(513)</u>	<u>(5.375)</u>

20. Despesas Gerais e Administrativas

	2013	2012
Remuneração direta mão de obra	(4.606)	(3.971)
INSS	(770)	(757)
FGTS	(188)	(194)
Benefícios	(101)	(567)
Depreciação	(236)	(206)
Serviços de Terceiros	(4.678)	(5.917)
Viagens e Estádias	(126)	(101)
Tributos, Seguros e Contribuições	(342)	(515)
Outros	(365)	(273)
	<u>(11.809)</u>	<u>(12.501)</u> </